

Ferrovía Transnordestina Logística S.A.

Demonstrações Financeiras encaminhadas à ANTT, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024

FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de
dezembro de 2024 e relatório dos auditores
independentes

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A.
Fortaleza - CE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1, às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia incorreu em prejuízo de R\$ 33.132 mil, (R\$ 35.282 mil em 31 de dezembro de 2023) e possui capital circulante líquido negativo de R\$ 27.724 mil (R\$ 47.761 mil em 31 de dezembro de 2023). A administração considera o pressuposto de continuidade operacional da Companhia e vem empreendendo diversas ações para reverter esse cenário, no entanto, algumas das ações não dependem exclusivamente da vontade da Administração. Esses eventos ou condições, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia, sem o suporte do acionista controlador. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfases

Transações com partes relacionadas

Conforme mencionado na nota explicativa nº 8 às demonstrações financeiras, a Companhia mantém transações envolvendo montantes significativos com as companhias Transnordestina Logística S.A. e a Companhia Siderúrgica Nacional, parte relacionada e controladora da Companhia, respectivamente, representadas principalmente por contratos de mútuo, efetuados com base em condições negociadas entre a Companhia e as partes relacionadas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Reapresentação dos saldos comparativos

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2 (e) às demonstrações financeiras, em 21 de março de 2024, emitimos relatório de auditoria sem modificação sobre as demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2 (e), os valores correspondentes relacionados ao pagamento dos juros sobre arrendamentos das locomotivas e vagões foram reclassificados dos fluxos de caixa das atividades operacionais para os fluxos de caixa das atividades de financiamentos pelas razões mencionadas na referida nota explicativa. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”, determinamos que o assunto descrito a seguir é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório.

Valor recuperável do ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 9.4)

Motivo porque é um PAA	Como a auditoria endereçou esse assunto
<p>Em exercícios anteriores, a Companhia identificou indicadores de não recuperabilidade sobre o imobilizado, que é o ativo mais representativo, e, procedeu com os testes de recuperabilidade, reconhecendo à época, uma provisão para redução ao valor recuperável de R\$ 279.296 mil. A referida provisão permanece registrada em 31 de dezembro de 2024.</p> <p>Os testes efetuados pela Companhia requerem o exercício de julgamentos críticos e subjetivos sobre determinadas premissas, tais como prazo das projeções, estimativa de taxas de crescimento, de margens operacionais, dos fluxos de caixa futuros, valor residual do ativo imobilizado a ser indenizado ao término do prazo de concessão e as taxas de descontos desses fluxos de caixas. Devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas (que são a base para o reconhecimento da provisão para não recuperabilidade dos ativos), bem como o fato de que qualquer mudança nas estimativas poderá impactar de forma relevante o montante recuperável desses ativos e, conseqüentemente, as demonstrações financeiras como um todo, consideramos esse assunto novamente significativo e como principal assunto de auditoria no exercício corrente.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação e entendimento dos processos, controles operacionais necessários para a elaboração das projeções de fluxos de caixa necessários para o teste de recuperabilidade preparados pela Companhia; • Avaliação dos fatores operacionais e premissas consideradas pela Companhia na determinação das projeções de fluxos de caixa; • Avaliação como auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas, da metodologia de cálculo, abordagem técnica e revisão da taxa de desconto utilizada nas projeções de fluxos de caixa. • Desafiamos as premissas utilizadas pela administração da Companhia, no sentido de verificar se estariam adequadas e alinhadas com a atividade econômica na região e seus orçamentos (definição da unidade geradora de caixa, taxa de desconto, período das projeções e projeções de volume de receita e custos); • Realizamos discussões com a administração sobre os critérios utilizados para determinação dos fluxos de caixa; • Comparação com informações externas, bem como efetuamos a comparação com informações internas com expectativas de anos anteriores e outras informações históricas; • Avaliação, como auxílio dos nossos especialistas de avaliação de ativos, da competência, habilidade, objetividade e metodologia utilizada pelo especialista externo contratado pela Companhia para avaliação do valor recuperável do ativo imobilizado. • Verificamos a razoabilidade das divulgações efetuadas pela Companhia. <p>Com base na abordagem de auditoria e nos procedimentos efetuados, entendemos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para avaliação da recuperabilidade e a divulgação das estimativas relacionadas com o valor recuperável do ativo imobilizado são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.</p>

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público

São Paulo, 21 de março de 2025.

Forvis Mazars Auditores Independentes
CRC 2SP023701/O-8 CE

Assinado por:

Tiago de Sá Barreto Bezerra

876B69A3E2B74E5...

Tiago de Sá Barreto Bezerra
Contador CRC 1 CE 024436/O-5



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2024



FTL – Ferrovia Transnordestina Logística S.A.

Originalmente criada com o nome de Companhia Ferroviária do Nordeste S.A (CFN), em 1º de janeiro de 1998 a companhia incorporou os ativos existentes e o direito de concessão da antiga Rede Ferroviária Federal (RFFSA) referente à malha Nordeste. Em 2008, a razão social da CFN mudou para Transnordestina Logística S.A. (TLSA) e em dezembro de 2013 ocorreu a cisão entre as empresas dando origem as empresas Ferrovia Transnordestina Logística S.A. (FTL) e Transnordestina Logística S.A. (TLSA).

1.Contexto Operacional

A Ferrovia Transnordestina Logística S.A. (FTL) é uma Companhia registrada na CVM e tem sua sede na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, Brasil. A Companhia é controlada direta da Companhia Siderúrgica Nacional S.A. (CSN) que detém 92,71% do seu capital social, seguida pela empresa Taquari Participações S.A detentora de 4,06% e CFL Maria Participações S.A. com 3,23%.

Na sua área geográfica de atuação, a FTL é prestadora de serviços relevantes no setor de logística de carga geral, com ênfase no transporte ferroviário de granéis líquidos e granéis sólidos, oferecendo uma solução integrada de transporte, armazenagem e embarque. Atualmente a FTL possui malha ferroviária operacional que conecta os estados do Maranhão, Piauí e Ceará ao longo de 1.237 quilômetros. Os demais trechos ferroviários, que compõem a Concessão nos Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas estão com tráfego suspenso e em processo de negociação para sua devolução junto a ANTT e DNIT.

Atualmente, a FTL conta com sete terminais multimodais operacionais, incluindo os importantes terminais de Itaqui (São Luís/MA), Pecém (São Gonçalo do Amarante/CE) e Mucuripe (Fortaleza/CE), locais estratégicos para a sua atuação devido à proximidade com seus clientes e também com a malha rodoviária e ferroviária.

Os comentários a seguir referem-se aos resultados do exercício findo em 31.12.2024.

As demonstrações financeiras foram revisadas por auditores externos.

PRINCIPAIS DESTAQUES

Para o exercício findo em 31.12.2024, vale destacar:

- Receita Bruta de R\$ 307,1 milhões;
- Receita Bruta Ferroviária de R\$ 192,2 milhões;
- Receita Líquida de R\$ 256,9 milhões;
- Em relação à TKU (tonelada útil por quilômetro) em 2024 foi realizado 570 milhões de toneladas;
- Quanto à TU (tonelada útil) transportada, o volume realizado foi de 2.870 mil toneladas;
- A Receita de Direito de Passagem atingiu R\$ 99,2 milhões;
- As Receitas Alternativas somaram R\$ 15,7 milhões;

DESEMPENHO COMERCIAL

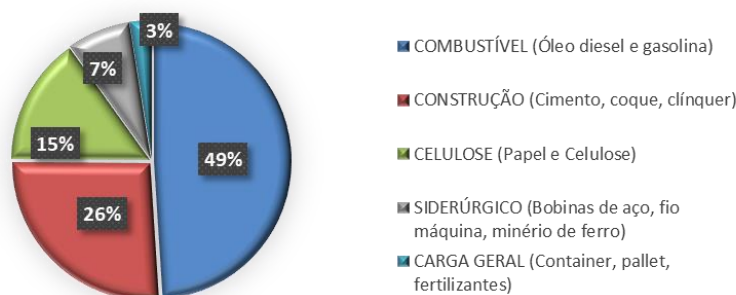
A Receita Bruta em 2024 totalizou R\$ 307,1 milhões, para um total de 570 milhões TKU e 2.869 mil TU. Os segmentos de Combustível e Construção foram responsáveis por 75% da TKU transportada. No mesmo período de 2023 a Receita Bruta totalizou R\$ 292,8 milhões o que representa um aumento de 4,9%.

PREÇOS

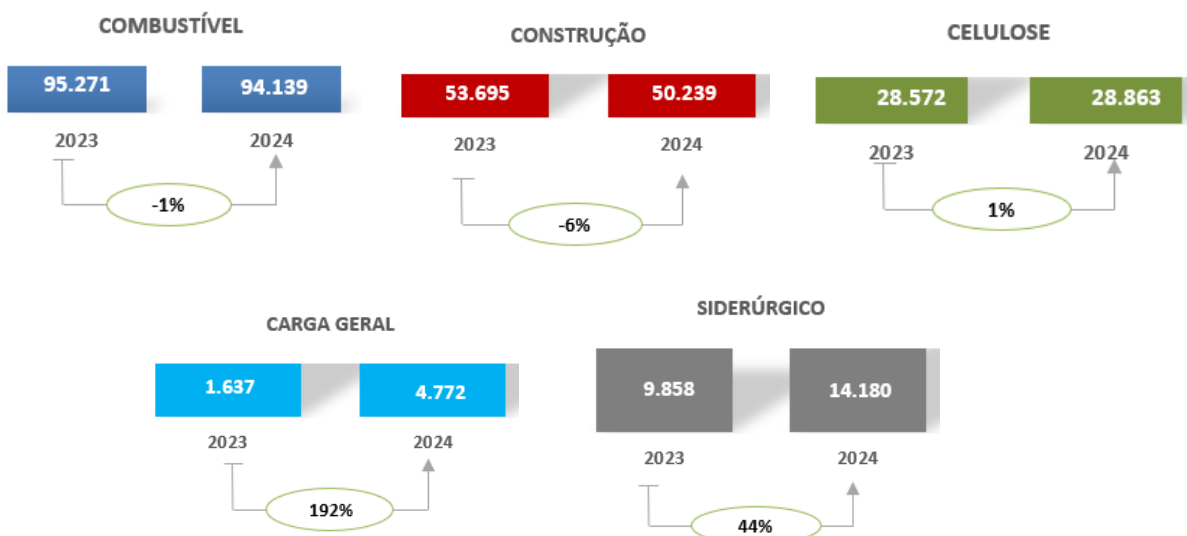
O preço médio dos produtos transportados, que é o total da Receita Bruta Ferroviária, dividido pelo volume (TKU), apresentou um aumento de 2%, passando de R\$ 331,9 em 2023 para R\$ 337 em 2024.

RECEITAS FERROVIÁRIA POR SEGMENTO E DIREITO DE PASSAGEM

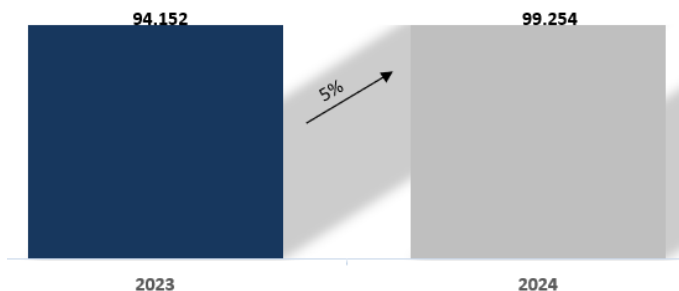
Em relação à ROB (Receita operacional bruta) transportada, os segmentos que tiveram o maior volume de receita em 2024 foram combustível e construção que juntos totalizaram 75% do total de R\$ 192,2 milhões da receita bruta ferroviária.



ROB Ferroviária por Segmento em R\$ mil



ROB Direito de Passagem em R\$ mil



A ROB de Direito de Passagem totalizou em 2024 R\$ 99,2 milhões, o que representa um aumento de 5% comparado a 2023 que totalizou R\$ 94,1 milhões.

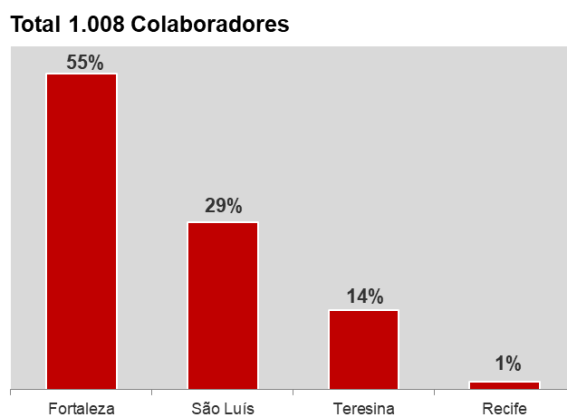
CUSTOS

O custo do serviço prestado (CSP) sem depreciação totalizou R\$ 144,6 milhões em 2024, o que representa uma redução de 4,5% comparado com 2023 que totalizou R\$ 151,5 milhões.

INVESTIMENTOS

A FTL continua no propósito de recuperar a malha ferroviária através de investimentos. Em 2024 foi desembolsado o total de R\$ 86,7 milhões. Este montante foi destinado, principalmente, para a recuperação de superestrutura da Via Permanente através da aplicação de dormentes e brita para lastro, além do reforço e recuperação de obras de arte.

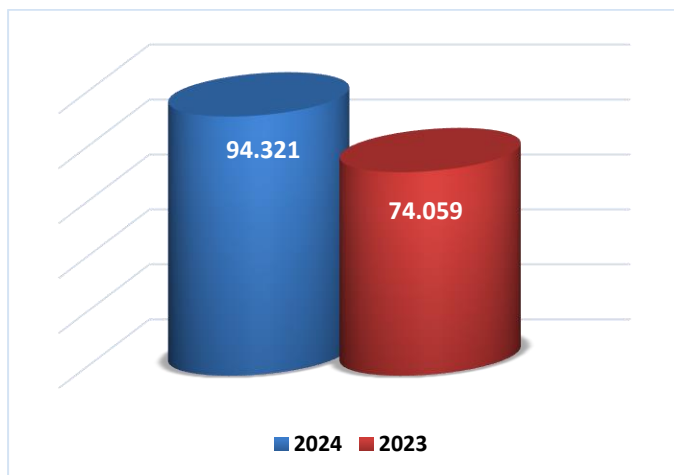
PESSOAL



Em 2024 a empresa conta com 1.008 colaboradores distribuídos nas suas filiais de acordo com o gráfico acima. No mesmo período de 2023 esse número foi de 1.032 colaboradores.

DESEMPENHO FINANCEIRO

EBITDA Ajustado



Em R\$ mil	2024	2023
Prejuízo do exercício	(33.132)	(35.282)
(+) Despesas Financeiras Líquidas das receitas financeiras	51.887	41.617
(+) Depreciações, amortizações e exaustões	64.954	58.641
LAJIDA (EBITDA)	83.709	64.976
(+) Outras receitas (despesas) operacionais	10.612	9.083
LAJIDA Ajustado (EBITDA Ajustado)*	94.321	74.059

*A companhia divulga seu EBITDA ajustado, excluindo outras receitas (despesas) operacionais, por entender que não devem ser consideradas no cálculo da geração recorrente de caixa operacional.

O EBITDA ajustado, que representa o Lucro antes da depreciação, encargos financeiros, impostos e outras receitas (despesas) operacionais, atingiu o valor de R\$ 94.321 mil em 2024. Em 2023 o EBITDA ajustado foi de R\$ 74.059 mil.

O Lucro Bruto, que é a diferença entre Receita Líquida e Custos, alcançou o valor de R\$ 48.315 mil em 2024 incluída a depreciação. Em 2023 a companhia teve Lucro Bruto de R\$ 33.810 mil.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES EXTERNOS

A contratação dos auditores independentes foi aprovada por nosso conselho de administração, sendo que os serviços por eles prestados referem-se exclusivamente à revisão das informações trimestrais e auditoria das demonstrações financeiras anuais.



DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Na qualidade de Diretores Executivos da FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A., declaramos nos termos do Art. 25, parágrafo 1º, item VI, da Instrução CVM 480 de 7 de dezembro de 2009, que analisamos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

Fortaleza, 21 de março de 2024.

DocuSigned by:

TUFI DAHER FILHO

687EDE9AB77E43C...

Tufi Daher Filho

Diretor Presidente, Diretor de Relação
com Investidores e Diretor de
Administração e Finanças

Signed by:

MARCELLO BARRETO MARQUES

3D3FE3C3BA1948A...

Marcello Barreto Marques

Diretor Comercial e Operações



DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Na qualidade de Diretores Executivos da FTL - Ferrovia Transnordestina Logística SA, declaramos nos termos do Art. 25, parágrafo 1º, item V, da Instrução CVM 480 de 7 de dezembro de 2009, que analisamos, discutimos e concordamos com os termos do Relatório dos Auditores Independentes relativo às Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

Fortaleza, 21 de março de 2024.

DocuSigned by:

TUFI DAHER FILHO

687E9AB77E43C...

Tufi Daher Filho

Diretor Presidente, Diretor de Relação
com Investidores e Diretor de
Administração e Finanças

Signed by:

MARCELLO BARRETO MARQUES

3D3FE3C3BA1948A...

Marcello Barreto Marques

Diretor Comercial e Operações

FTL - FERROVIA TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil)

ATIVOS	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
CIRCULANTES				CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.844	2.840	Fornecedores	10	34.154	35.806
Contas a receber de clientes	5	26.478	16.746	Impostos e contribuições a recolher	11	30.400	28.728
Estoques	6	38.872	24.531	Adiantamento de clientes		821	839
Impostos a recuperar	7	2.344	1.971	Arrendamentos a pagar	12	22.315	19.180
Despesas antecipadas		758	1.986	Outras contas a pagar	13	14.194	13.367
Outras contas a receber		1.864	2.085	Total dos passivos circulantes		101.884	97.920
Total dos ativos circulantes		74.160	50.159				
NÃO CIRCULANTES				NÃO CIRCULANTES			
Outros créditos a receber		2.338	2.338	Partes relacionadas	8	513.132	376.325
Depósitos judiciais	13	35.222	35.287	Provisões para riscos fiscais e outras	13	27.070	27.832
Partes relacionadas	8	97.013	98.668	Adiantamento de clientes		160	817
Impostos a recuperar	7	10.329	8.813	Arrendamentos a pagar	12	30.924	40.687
Imobilizado	9	520.108	441.055	Outras contas a pagar	14	1.533	1.533
Direito de uso	9	43.581	49.860	Total dos passivos não circulantes		572.819	447.194
Intangível	9	151	265				
Total dos ativos não circulantes		708.742	636.286	Total dos passivos circulantes e não circulantes		674.703	545.114
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	15	502.961	502.961
				Prejuízos acumulados		(394.762)	(361.630)
				Total do patrimônio líquido		108.199	141.331
TOTAL DOS ATIVOS		782.902	686.445	TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		782.902	686.445

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FTL - FERROVIA TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
 (Em milhares de reais - R\$ mil)

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
RECEITA DE SERVIÇOS - LÍQUIDA	16	256.926	242.731
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	17	(208.611)	(208.921)
LUCRO BRUTO		48.315	33.810
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas administrativas e gerais	17	(16.892)	(17.019)
Despesas com vendas	17	(1.712)	(1.043)
Outras receitas e despesas operacionais	17	(10.956)	(9.413)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		18.755	6.335
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	18	9.596	13.108
Despesas financeiras	18	(61.483)	(54.725)
		(51.887)	(41.617)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO		(33.132)	(35.282)
Imposto de renda e contribuição social		-	-
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(33.132)	(35.282)
Prejuízo básico/diluído por lote de mil ações	15	(60,14)	(64,05)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FTL - FERROVIA TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais - R\$ mil)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(33.132)	(35.282)
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(33.132)</u>	<u>(35.282)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FTL - FERROVIA TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais - R\$ mil)

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDO EM 31 DEZEMBRO DE 2022	502.961	(326.348)	176.613
Prejuízo do exercício	-	(35.282)	(35.282)
SALDO EM 31 DEZEMBRO DE 2023	<u>502.961</u>	<u>(361.630)</u>	<u>141.331</u>
Prejuízo do exercício	-	(33.132)	(33.132)
SALDO EM 31 DEZEMBRO DE 2024	<u>502.961</u>	<u>(394.762)</u>	<u>108.199</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FTL - FERROVIA TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.
 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
 (Em milhares de reais - R\$ mil)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u> (reapresentado)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo do exercício	(33.132)	(35.282)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do período com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	64.955	58.641
Variações monetárias e juros - líquido	45.530	35.510
Juros sobre arrendamentos a pagar	4.508	4.379
Reversão arrendamento	(189)	-
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	3.087	6.116
Apropriação de adiantamentos de receitas	(863)	(838)
Apropriação de seguros	2.007	2.246
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	488	(11)
Perdas estimadas em estoques	1.003	495
Resultado na baixa de ativo imobilizado	-	39
 (Aumento) redução nos ativos e passivos operacionais:		
Contas a receber de clientes e outros créditos	(11.734)	(3.518)
Estoques	(14.111)	2.987
Depósitos judiciais	(3.784)	(7.985)
Impostos a recuperar	1.426	2.293
Outras contas a receber	221	(49)
Despesas antecipadas	(779)	(2.671)
Fornecedores	(1.652)	1.037
Adiantamento de clientes	188	178
Outras contas a pagar	1.047	(2.442)
Partes relacionadas a pagar	10.124	7.186
Impostos e contribuições a recolher	<u>1.672</u>	<u>4.229</u>
Caixa líquido gerado (aplicado nas) atividades operacionais	<u>70.012</u>	<u>72.540</u>
 FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de imobilizado	<u>(122.522)</u>	<u>(125.257)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(122.522)</u>	<u>(125.257)</u>
 FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Obtenção de mútuo com controladora	83.148	80.897
Amortização de arrendamentos	<u>(29.634)</u>	<u>(28.308)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>53.514</u>	<u>52.589</u>
 AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	 <u>1.004</u>	 <u>(128)</u>
 Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	 2.840	 2.968
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>3.844</u>	<u>2.840</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>1.004</u>	<u>(128)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FTL - FERROVIA TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
 (Em milhares de reais - R\$ mil)

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Receitas		307.403	293.883
Vendas de serviços	16	307.112	292.835
Outras receitas		779	1.037
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	17	(488)	11
Insumos adquiridos de terceiros (Inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)		(98.316)	(107.746)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		(56.832)	(61.986)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(30.490)	(36.076)
Outras - materiais de consumo Adm/Coml e outros		(10.994)	(9.684)
Valor adicionado bruto		209.087	186.137
Depreciação, amortização e exaustão	9	(64.954)	(58.641)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		144.133	127.496
Valor adicionado recebido em transferência		9.596	13.108
Receitas financeiras	18	9.596	13.108
Valor adicionado total a distribuir		153.729	140.604
Distribuição do valor adicionado		153.729	140.604
Pessoal		68.105	64.473
Remuneração direta		42.982	42.537
Benefícios		21.899	18.950
FGTS		3.224	2.986
Impostos, taxas e contribuições		58.909	57.613
Federais		35.401	33.949
Estaduais		17.099	17.538
Municipais		6.409	6.126
Remuneração de capitais de terceiros		59.847	53.800
Juros		59.356	52.513
Aluguéis		280	990
Outras		211	297
Remuneração de capitais próprios		(33.132)	(35.282)
Prejuízo do exercício		(33.132)	(35.282)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FTL – FERROVIA TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2024

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Ferrovia Transnordestina Logística S.A. ("FTL" ou "Companhia") é uma sociedade anônima registrada na CVM, com sede em Fortaleza - CE, constituída em 29 de outubro de 2012, com o objetivo de explorar, por concessão onerosa, o serviço público de transporte ferroviário de carga nas faixas de domínio da Malha Nordeste.

A malha ferroviária da FTL tem sua origem na privatização da Malha Nordeste em 31 de dezembro de 1997, pela Companhia Ferroviária do Nordeste S.A - CFN (anterior razão social da Transnordestina Logística S.A. - TLSA), que incorporou os ativos existentes e o direito de concessão da malha ferroviária da antiga Rede Ferroviária Federal - RFFSA até 2027. Essa concessão previa os trechos ferroviários São Luís - Mucuripe, Arrojado - Cabedelo e Macau - Recife (Malha I). Posteriormente a TLSA empreendeu esforços e investimentos na construção da nova ferrovia denominada Transnordestina, compreendendo os trechos ferroviários Missão Velha - Salgueiro, Salgueiro - Trindade, Trindade - Eliseu Martins, Salgueiro - Porto de Suape e Missão Velha - Porto de Pecém (Malha II).

Em 20 de setembro de 2013, foi autorizada pela ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) no âmbito do acordo de investimentos, pela Companhia Siderúrgica Nacional - CSN (controladora da FTL), Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. e o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE, a Cisão da concessão para exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga da Malha Nordeste, composta pela Malha I e Malha II, e a Cisão Parcial da TLSA, através das resoluções nº 4.041/2013 e nº 4.042/2013 e da deliberação nº 37/2013.

A cisão fez parte de uma proposta de segregação de ativos e passivos da Malha I e Malha II, sendo aprovada pelos acionistas da cindida no dia 27 de dezembro de 2013. A FTL incorporou os ativos e passivos da Malha I.

Contrato de concessão

As concessionárias ferroviárias são oriundas, em sua maioria, do processo de desestatização da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA. O modelo adotado no processo de desestatização da RFFSA promoveu a celebração de dois tipos de contratos com o poder concedente.

Um dos contratos trata da concessão dos serviços de transportes ferroviários de cargas e passageiros onde são estabelecidas as cláusulas para operação e os valores de outorga que devem ser pagos ao poder concedente pela concessionária. O segundo contrato é de arrendamento dos bens pré-existentes e operados pela RFFSA (ver nota explicativa nº 9), e trata da vinculação destes na prestação dos serviços ferroviários de transporte. Embora existam dois contratos com formas jurídicas distintas, a essência econômica de ambos é uma só, ou seja, a obtenção do direito de exploração do serviço público de transporte ferroviário de cargas e passageiros, assim devem ser tratados como sendo um só.

O contrato de concessão é um contrato a executar onde o pagamento da concessão é realizado em parcelas fixas pré-definidas ao longo do contrato, assim como suas obrigações, não existindo a penalidade contratual para a descontinuidade provocada pelo concessionário.

Atualmente a FTL possui malha ferroviária operacional que conecta os estados do Maranhão, Piauí e Ceará ao longo de 1.237 quilômetros. Os demais trechos ferroviários, que compõem a Concessão nos Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e

Alagoas, estão com tráfego suspenso e se encontram em processo de negociação para sua devolução junto a ANTT e DNIT.

Existiu um procedimento administrativo perante a Agência Nacional de Transportes ("ANTT") que avaliou o regular cumprimento das obrigações do Contrato de Concessão pela Companhia. Em função de uma avaliação unilateral, a ANTT informou que a Companhia descumpriu o Termo de Ajuste de Conduta (TAC) assinado em 2013, especificamente em relação a meta de produção de 2013. Neste contexto, em 2019, a ANTT propôs à União a declaração da caducidade do Contrato de Concessão da FTL e a instauração de processo administrativo no âmbito da Superintendência de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas – SUFER. A recomendação da ANTT, que foi fundamentadamente contestada pela FTL, e não vinculava o Poder Concedente, tampouco pôs fim à discussão sobre o tema, eis que pendentes as avaliações do Ministério da Infraestrutura e da Presidência da República.

A Companhia protocolou, em julho de 2022, o pedido de prorrogação antecipada do contrato de concessão por mais 30 anos, o qual se baseia no cumprimento dos requisitos legais e das metas estabelecidas pela ANTT no tocante ao volume de produção e segurança. Deste modo, inobstante ter havido procedimento administrativo da ANTT, houve decisão proferida em 13 de dezembro de 2022 pelo Tribunal de Contas – TCU, Acórdão nº 2769/2022, que determinou que a ANTT e o Ministério da Infraestrutura (à época), observadas as respectivas competências, adotem medidas com vistas à solução definitiva do Contrato de concessão da malha concedida à FTL.

Nesse sentido, em 2023 foi instituído, no âmbito do Ministério dos Transportes um grupo de trabalho para elaboração de proposta para solução definitiva do contrato de concessão da malha concedida à FTL, e em setembro de 2023, fundamentado no relatório final do grupo de trabalho, o Ministério dos Transportes emitiu o OFÍCIO Nº 448/2023/SE à ANTT informando o não prosseguimento e assentimento da recomendação de caducidade exarada na Deliberação/ANTT nº 947/2019, de 22 de outubro de 2019.

Diante do ambiente positivo de negociações do contrato de concessão e encerramento da recomendação de caducidade, no ano de 2024 ocorreram avanços significativos relacionados a renovação antecipada do contrato de concessão, materializados pela publicação da Portaria nº.386 de 16 de abril de 2024, a qual instituiu, no âmbito do Ministério dos Transportes, o Grupo de Trabalho para apresentação de proposta de solução consensual referente à racionalização e otimização da malha da concessão ferroviária outorgada à Ferrovia Transnordestina Logística S.A, bem como a Resolução CPPI Nº 318 de 2 de agosto de 2024 e o Decreto Nº12.222 de 14 de outubro de 2024 que opinam favoravelmente e qualificam, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República PPI, para fins de prorrogação antecipada do contrato de concessão.

Portanto, diante do ambiente positivo de negociações do contrato de concessão, bem como do crescimento da FTL, com atingimento de recordes de produção e EBITDA, a companhia considera eminente a prorrogação antecipada do contrato de concessão.

Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta um capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 27.724 (R\$ 47.761 em 31 de dezembro de 2023) e prejuízo de R\$ 33.132 (R\$ 35.282 em 31 de dezembro de 2023). Os ingressos de recursos na Companhia nos próximos meses, além dos decorrentes de suas atividades operacionais, serão oriundos de adiantamentos para futuro aumento de capital-AFAC e suporte financeiro via contratos de mútuo (ver nota explicativa nº 8 – Partes relacionadas).

Adicionalmente, a administração vem efetuando monitoramento financeiro permanente (gestão do caixa e orçamento) e adotando medidas (investimentos na malha e visando

aumento de receita) que possam impactar positivamente nas operações da Companhia. Os investimentos são realizados com base no suporte financeiro do controlador.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

a) Declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras incluem as demonstrações financeiras preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A autorização para conclusão das demonstrações financeiras foi dada pela administração da Companhia em 21 de março de 2025.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de Estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e com as práticas contábeis adotadas no Brasil exigem que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir, significativamente, dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As principais informações sobre estimativas e julgamentos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 5 - Contabilização de perda estimada com contas a receber;
- Nota 6 - Contabilização de perda estimada em estoques;
- Nota 9 - Valor residual do ativo imobilizado, análise de recuperabilidade e mudança de vida útil;
- Nota 12 – Arrendamentos a pagar; e
- Nota 13- Contabilização da provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis.

e) Reapresentação fluxo de caixa

De acordo com o CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro, a Administração da Companhia, objetivando a melhor apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, procedeu reclassificação do pagamento dos juros sobre arrendamentos das locomotivas e vagões do fluxo de caixa das atividades operacionais para as atividades de financiamentos. A Administração da Companhia entende que tal reclassificação reflete de forma mais adequada o tratamento da operação, bem como está em linha com as políticas contábeis do Grupo. Conseqüentemente, as demonstrações financeiras referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins de comparação, foram reclassificadas conforme demonstramos abaixo:

	Originalmente Apresentado	Reclassificação	Valores Reapresentados
Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais	59.322	13.218	72.540
Fluxo de caixa gerado nas atividades de financiamentos	65.807	(13.218)	52.589

A referida reclassificação não traz impacto na posição patrimonial financeira e no desempenho operacional.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Moeda estrangeira

i. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da entidade pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data.

O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo, quando existentes, são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado.

b) Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros – Reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: ativos mensurados ao custo amortizado; valor justo por meio do resultado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (não há transações nesta última categoria). Os ativos são classificados, no reconhecimento inicial, de acordo com a definição do modelo de negócio adotado pela Companhia e as características do fluxo de caixa do ativo financeiro.

Custo amortizado

Os ativos mensurados ao custo amortizado devem ser mensurados se ambas as seguintes condições forem atendidas: i) o ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócio

cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas específicas, a fluxo de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto, a Companhia deverá reconhecer suas receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* diretamente no resultado.

Valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros devem ser mensurados ao valor justo por meio do resultado apenas caso não se enquadre como ativos mensurados ao custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A Companhia deverá reconhecer suas receitas de juros, ganhos e perdas cambiais, *impairment* justamente com outros resultados líquidos são reconhecidos diretamente no resultado.

Desreconhecimento de ativos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Se a Companhia detiver substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, ela deve continuar a reconhecer o ativo financeiro.

ii. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: passivos financeiros ao custo amortizado, valor justo por meio do resultado. A Administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial.

Passivo financeiro ao custo amortizado

A Companhia deverá classificar todos os seus passivos financeiros como custo amortizado exceto passivos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado, derivativos passivos contrato de garantia. Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. A Companhia possui operações com Fornecedores e saldo com partes relacionadas como passivos financeiros não derivativos.

Passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros classificados na categoria valor justo por meio do resultado são passivos financeiros mantidos para negociação ou aqueles designados no reconhecimento inicial. Os ganhos e perdas referente aos passivos financeiros classificados pelo valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado.

Desreconhecimento de passivos financeiros

Os passivos financeiros são baixados apenas quando, ele for extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores

reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, depósitos bancários e investimentos financeiros com vencimento original de seis meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

d) Contas a receber

Contas a receber são todos os valores que a empresa tem a receber em um futuro próximo. Estes valores são provenientes da receita de venda de bens ou serviços relacionados a sua atividade operacional, juros cobrados, adiantamentos, sinistros a receber, etc.

e) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

f) Ativo imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- o custo de materiais e mão de obra direta;
- quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

ii. Gastos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

iii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada exercício e eventuais ajustes são reconhecidos prospectivamente como mudança de estimativas contábeis.

g) Direito de uso de bens arrendados

Em conformidade com o IFRS 16/CPC 06 (R2), os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia.

h) Redução ao valor recuperável ("Impairment")

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável em relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ao qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

i) Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

j) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

k) Arrendamentos a pagar

i. Pagamentos de arrendamentos

Em conformidade com o IFRS 16/CPC 06 (R2), os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

ii. Determinando se um contrato contém um arrendamento

No começo de um contrato o grupo define se o contrato é ou contém um arrendamento. Isso é o caso se as duas condições abaixo são atendidas:

- a. Cumprimento do contrato é dependente do uso daquele ativo especificado; e
- b. O contrato contém direito de utilização do ativo.

A Companhia separa, no começo do contrato ou no momento de uma eventual reavaliação do contrato, pagamentos e outras contraprestações exigidas por tal contrato entre aqueles para o arrendamento e aqueles para outros componentes baseando-se em seus valores justos relativos. Caso o grupo conclua que para um arrendamento financeiro seja impraticável a separação dos pagamentos de uma forma confiável, um ativo e um passivo são reconhecidos por um valor igual ao valor justo do ativo subjacente. Posteriormente, os pagamentos mínimos de arrendamentos efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesa financeira (baseado na taxa de juros incremental da Companhia) e redução do passivo em aberto.

l) Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto, quando existentes, são reconhecidos como passivo.

m) Receita operacional

Serviços

As receitas decorrentes da prestação de serviços são reconhecidas na medida em que a Companhia transfere à contraparte os riscos e benefícios significativos inerentes à prestação dos serviços, quando são prováveis que benefícios econômicos associados à transação fluam para Companhia, bem como, quando seu valor e custos incorridos relacionados puderem ser mensurados de forma confiável.

Os preços de serviços são fixados com base em ordens de serviços ou contratos. A receita da Companhia é composta basicamente por transporte ferroviário (receita proveniente da prestação de serviço de transporte de cargas realizadas através da ferrovia), direito de passagem (receita originada pela utilização da malha ferroviária da Companhia por parte do cliente) e gestão patrimonial, motivo pelo qual os critérios acima são normalmente

atendidos na medida em que o serviço logístico é prestado.

n) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos e juros sobre debêntures, quando aplicável. Custos de empréstimos e financiamentos que não são diretamente atribuíveis a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

o) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores.

p) Demonstração de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Caixa e bancos	1.986	633
Aplicações financeiras	1.858	2.207
Total	<u>3.844</u>	<u>2.840</u>

O saldo das aplicações financeiras está mantido em Certificados de Depósitos Bancários – CDB e Fundo de Investimentos em Renda Fixa, remunerados por uma taxa média de 99,9% do CDI (98,7% em 31 de dezembro 2023). Esses investimentos possuem liquidez imediata, com insignificante mudança de valor.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Clientes	31.742	21.692
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	<u>(5.264)</u>	<u>(4.946)</u>
	<u>26.478</u>	<u>16.746</u>

<u>Composição da carteira por idade de vencimento</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
A vencer	22.994	16.011
Vencidos		
Até 180 dias	3.380	740
De 181 a 364 dias	268	351
Acima de 365 dias	5.100	4.590
Total	<u>31.742</u>	<u>21.692</u>

<u>Movimentação da perda estimada no período</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldo inicial	(4.946)	(4.957)
Adições no exercício	(616)	(296)
Reversões no exercício	128	307
Baixas	170	-
Saldo final	<u>(5.264)</u>	<u>(4.946)</u>

A Companhia constitui a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa com base na análise individualizada da carteira de clientes, aplicando a média do coeficiente de inadimplência dos últimos 12 meses sobre os títulos a vencer e vencidos até 180 dias, e o percentual de 50% e 100% do valor do título para os títulos em aberto de 181 a 364 dias e acima de 365 dias, respectivamente, descontados os valores recebidos no início do mês subsequente.

6. ESTOQUES

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Almojarifado	41.157	27.046
Perdas estimadas em estoques	(2.285)	(2.515)
Total	<u>38.872</u>	<u>24.531</u>

Movimentação para perdas estimadas em estoques:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldo inicial	(2.515)	(2.020)
Adições no exercício	(286)	(495)
Reversões no exercício	516	-
Saldo final	<u>(2.285)</u>	<u>(2.515)</u>

As perdas estimadas em estoques são constituídas com base em itens de baixa rotatividade ou obsoletos quando avaliados e consideradas necessárias.

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
ICMS sobre ativo imobilizado (a)	9.797	8.555
ICMS a recuperar (b)	11.640	11.377
(-) Provisão de ICMS por ausência de recuperabilidade	(9.817)	(9.817)
Imposto de renda retido na fonte	1.053	669
Total	<u>12.673</u>	<u>10.784</u>

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Circulante	2.344	1.971
Não circulante	10.329	8.813

(a) ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado

Em virtude do elevado volume de aquisição de ativo imobilizado, decorrente de obras de revitalização da malha ferroviária em operação, a Companhia vem gerando créditos de ICMS cuja realização está sendo efetuada à razão de 1/48 por mês, conforme preceitua a legislação vigente.

A administração da Companhia estima que os créditos registrados e acumulados serão realizáveis no decorrer dos próximos exercícios, para compensar débitos apurados sobre as receitas operacionais.

(b) ICMS a recuperar

Montante composto dos valores de ICMS normal e ICMS diferencial de alíquota, de aquisições de combustíveis dos Estados do Ceará, Maranhão e Piauí.

Em que pese o crédito tributário seja válido perante ao Fisco Estadual, no primeiro trimestre de 2021, a Companhia registrou uma provisão por ausência de recuperabilidade dos créditos de ICMS do Estado do Piauí, no montante de R\$ 9.817. Em 31 de dezembro de 2024 a Administração da Companhia entende que a provisão constituída em montante suficiente.

8. PARTES RELACIONADAS

Os saldos de ativos e passivos relativos a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com sua controladora e empresas ligadas.

A Companhia realizou as seguintes transações com partes relacionadas.

	Transnordestina Logística S.A.	Companhia Siderúrgica Nacional	31/12/2024	31/12/2023
Ativo				
Contrato de mútuo (a)	97.013	-	97.013	98.668
Total ativo	<u>97.013</u>	<u>-</u>	<u>97.013</u>	<u>98.668</u>
Circulante			-	-
Não Circulante			97.013	98.668
Passivo				
Contrato de mútuo (b)	-	513.132	513.132	376.325
Total passivo	<u>-</u>	<u>513.132</u>	<u>513.132</u>	<u>376.325</u>
Circulante			-	-
Não Circulante			513.132	376.325
Resultado				
			<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receitas financeiras	8.129	-	8.129	11.046
Receitas com cessão predial e material rodante	1.514	-	1.514	1.426
Juros de mútuo	-	(53.659)	(53.659)	(46.556)
Despesas com serviços compartilhados	<u>(6.257)</u>	<u>-</u>	<u>(6.257)</u>	<u>(5.759)</u>
Total resultado	<u>3.386</u>	<u>(53.659)</u>	<u>(50.273)</u>	<u>(39.843)</u>

- (a) Contrato de mútuo - Os contratos de mútuo junto à Transnordestina Logística S.A., possuem prazo médio de pagamento de dois anos, com incidência média de juros de 111,42% do CDI e IOF.
- (b) Contrato de mútuo - Os contratos de mútuo junto às partes relacionadas possuem prazo médio de dois anos, com incidência média de juros variáveis, sendo: CDI + 4% e IOF. Ao término do prazo para liquidação, os contratos vêm sendo postergados, conforme ocorrido no exercício findo de 31 de dezembro de 2024.

a) Movimentação partes relacionadas

	Ativo	Passivo
	Mútuo com a Transnordestina Logística S.A.	Mútuo com a Companhia Siderúrgica Nacional
Saldo em 31/12/2023	98.668	376.325
Adições	-	83.148
Atualização financeira	8.129	53.659
Provisão IR	(954)	-
Recebimento Principal	(3.423)	-
Recebimento de Juros	<u>(5.407)</u>	<u>-</u>
Saldo em 31/12/2024	<u>97.013</u>	<u>513.132</u>

b) Honorários da diretoria

O pessoal-chave da administração, que tem autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia inclui os membros do Conselho de administração, os diretores estatutários e demais diretores.

A Companhia apresenta no quadro a seguir, informações sobre a remuneração acumulada no exercício findo em:

	31/12/2024	31/12/2023
Benefícios de curto prazo para administradores	<u>3.017</u>	<u>3.327</u>

9. IMOBILIZADO, DIREITO DE USO E INTANGÍVEL

9.1 Composição

	Taxa anual de Depreciação/ amortização (% a.a.)	31/12/2024		31/12/2023	
		Custo	Depreciação/ Amortização	Líquido	Líquido
Máquinas e equipamentos	10	25.301	(11.752)	13.549	13.210
Vagões e veículos	20	8.790	(3.196)	5.594	5.880
Benfeitoria em propriedade arrendada (a)	-	1.000.608	(481.995)	518.613	476.302
Trilhos	4	21.614	(8.105)	13.509	13.685
Dormentes	19,39	113.472	(79.299)	34.173	35.896
Equipamentos de comunicação	20	3.441	(1.707)	1.734	1.806
Lastro	3,33	15.513	(5.769)	9.744	9.869
Outras imobilizações	15	14.948	(1.545)	13.403	13.404
Total imobilizado em operação		<u>1.203.687</u>	<u>(593.368)</u>	<u>610.319</u>	<u>570.052</u>
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável		<u>(279.296)</u>	-	<u>(279.296)</u>	<u>(279.296)</u>
Imobilização em operação		<u>924.391</u>	<u>(593.368)</u>	<u>331.023</u>	<u>290.756</u>
Imobilização em andamento		<u>189.085</u>	-	<u>189.085</u>	<u>150.299</u>
Total imobilizado		<u>1.113.476</u>	<u>(593.368)</u>	<u>520.108</u>	<u>441.055</u>
Intangível	20	<u>3.744</u>	<u>(3.593)</u>	<u>151</u>	<u>265</u>
Direito de uso (b)	11,11	<u>146.897</u>	<u>(103.316)</u>	<u>43.581</u>	<u>49.860</u>

(a) Refere-se a benfeitorias realizadas em propriedade arrendada, RFFSA – Rede Ferroviária Federal S.A., conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1

(b) Referem-se ao registro do Direito de uso da malha ferroviária e de locomotivas e vagões. As obrigações provenientes desse contrato estão registradas nas linhas de Arrendamento a pagar no passivo circulante e não circulante, conforme evidenciado na nota explicativa nº 12.

	31/12/2024	
	Vida útil Estimada	Taxa anual de depreciação %
Edificações	25 anos	4
Via permanente	35 anos	2,86
Veículos	5 anos	20
Locomotivas	25 anos	4
Vagões	30 anos	3,33
Instalações	10 anos	10
Acessórios metálicos	35 anos	2,86

A companhia não dispõe de bens dados em garantia de operações financeiras.

9.2 Revisão da vida útil

A partir de 1º de janeiro de 2017 entrou em vigor a Resolução nº 4540 da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, que regulamenta as taxas de depreciação e de amortização anuais para os ativos das concessionárias detentoras do direito de exploração de infraestrutura ferroviária.

Em janeiro de 2017, a Companhia elaborou laudo técnico de revisão da vida útil para seus principais ativos, o que confirmou a aplicabilidade e aderência da resolução ANTT nº 4540, passando a serem adotadas a partir de então, as vidas úteis que resultaram da avaliação

técnica da Companhia. Anualmente a Companhia revisa a vida útil dos principais bens.

9.3 Movimentação do exercício:

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Transferência	Baixa	Depreciação/ Amortização	Saldo em 31/12/2024
Imobilização em operação, líquida						
Máquinas e equipamentos	13.210	-	1.854	-	(1.515)	13.549
Vagões e veículos	5.880	-	100	-	(386)	5.594
Benfeitoria em propriedade arrendada	476.302	-	80.173	-	(37.862)	518.613
Trilhos	13.685	-	-	-	(176)	13.509
Dormentes	35.896	-	-	-	(1.723)	34.173
Equipamentos de telecomunicação	1.806	-	80	-	(153)	1.733
Lastro	9.869	-	-	-	(125)	9.744
Outras imobilizações	13.404	-	296	-	(296)	13.404
Total imobilizado em operação	570.052	-	82.503	-	(42.236)	610.319
Imobilização em andamento	150.299	121.289	(82.503)	-	-	189.085
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	(279.296)	-	-	-	-	(279.296)
Total imobilizado	441.055	121.289	-	-	(42.236)	520.108
Intangível	265	-	-	-	(114)	151
Direito de uso	49.860	19.880	-	(1.193)	(24.966)	43.581

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Transferência	Baixa	Depreciação/ Amortização	Saldo em 31/12/2023
Imobilização em operação, líquida						
Máquinas e equipamentos	13.897	-	767	-	(1.452)	13.212
Vagões e veículos	6.343	-	-	(39)	(464)	5.840
Benfeitoria em propriedade arrendada	422.675	-	86.832	-	(32.130)	477.377
Trilhos	13.822	-	-	-	(164)	13.658
Dormentes	37.360	-	-	-	(1.604)	35.756
Equipamentos de telecomunicação	1.920	-	27	-	(139)	1.808
Lastro	9.967	-	-	-	(117)	9.850
Outras imobilizações	12.632	-	167	-	(248)	12.551
Total imobilizado em operação	518.616	-	87.793	(39)	(36.318)	570.052
Imobilização em andamento	112.835	125.257	(87.793)	-	-	150.299
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	(279.296)	-	-	-	-	(279.296)
Total imobilizado	352.155	125.257	-	(39)	(36.318)	441.055
Intangível	615	-	-	-	(350)	265
Direito de uso	75.714	2.818	-	(4.493)	(24.179)	49.860

9.4 Valor recuperável dos ativos

A cisão parcial da Transnordestina Logística S.A. ocorrida em 27 de dezembro de 2013, com laudo de avaliação de data-base 30 de novembro de 2013, resultou na celebração do termo aditivo ao contrato de concessão da malha nordeste, prevendo a existência da Malha I (em operação, a qual foi incorporada pela Companhia) e da Malha II. Em razão disto, em 31 de outubro de 2013, a Companhia procedeu à avaliação do desempenho futuro dos seus ativos operacionais relacionados à Malha I (em operação). A análise resultou no reconhecimento de uma perda estimada por redução ao valor recuperável de R\$279.296, reconhecida no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2013. O valor recuperável desses ativos foi determinado com base no valor em uso.

A Companhia efetuou a atualização da análise de premissas e indicativos referentes ao valor

recuperável de seus ativos ("Impairment") na data base de 31 de dezembro de 2024, conforme exigido pelo IAS 36 e CPC 01 e não identificou necessidade de reconhecer uma perda estimada adicional ao valor já reconhecido. O valor recuperável desses ativos foi determinado com base no valor em uso. O valor em uso foi determinado com base nos fluxos de caixa futuros derivados do uso contínuo dos ativos relacionados, utilizando-se uma taxa de desconto para trazer esses fluxos de caixa a valor presente.

Os fluxos de caixa foram projetados em termos reais e descontados utilizando uma taxa de desconto em termos reais e após os impostos, que representa uma estimativa da taxa que um participante de mercado aplicaria levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Definição da unidade geradora de caixa:

A Administração definiu como Unidade Geradora de Caixa as atividades da Companhia como um todo pois os investimentos realizados na infraestrutura ferroviária são único independente da natureza de receita gerada.

Taxa de desconto:

A taxa de desconto utilizada reflete as avaliações atuais de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo. Essa taxa representa o retorno que os investidores exigiriam se eles houvessem de escolher um investimento que gerasse fluxos de caixa de valores, tempo e perfil de risco equivalentes àqueles que a entidade espera extrair do ativo.

A Companhia utilizou uma taxa média ponderada de capital (WACC) para descontar os fluxos de caixa operacionais e mensurar o valor presente líquido dos ativos. Essa taxa foi calculada de acordo com o custo e a participação do capital próprio e do capital de terceiros na estrutura da Companhia, determinados conforme descrito abaixo:

Custo do capital próprio: foi utilizada a metodologia CAPM ("Capital Asset Pricing Model") que consiste em determinar a taxa de rentabilidade exigida pelos investidores como compensação pelo risco de mercado ao qual estão expostos. A Companhia utilizou dados atuais para determinação dos parâmetros do CAPM em uma estrutura de capital dinâmica, onde o beta alavancado flutua anualmente e os demais parâmetros permanecem fixos;

Custo do capital de terceiros: foi determinado de acordo com a média ponderada dos custos dos instrumentos de dívida já contratados e projetados durante o período da concessão; e

Estrutura de capital: a participação do capital de terceiros na estrutura da Companhia foi calculada através da relação entre o saldo das dívidas a cada ano e o total de capital. Já a participação do capital próprio foi determinada através da diferença entre o VPL dos fluxos de caixa operacionais e o saldo das dívidas a cada ano, ou seja, o valor de mercado para os acionistas.

A média anual da taxa de desconto, após impostos, utilizada para mensurar o valor em uso, foi de 5,38% ao ano em termos reais, resultado da utilização de WACC dinâmica que variou entre 4,96% e 6,44% ao ano durante o período projetado. As projeções de fluxo de caixa contemplaram os contratos fechados para transporte ferroviário e as expectativas de novos contratos com base nos estudos de mercado realizados.

Período do fluxo de caixa:

Conforme nota explicativa nº 1, a Companhia ingressou com pedido de renovação da concessão com base na Lei 13.448/2017 que estabelece as e diretrizes gerais para prorrogação e relicitação dos contratos de parceria definidos nos termos da Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, nos setores rodoviário, ferroviário e aeroportuário da administração pública federal.

Adicionalmente é importante mencionar que:

- No exercício de 2024, houve a publicação da Portaria nº.386 de 16 de abril de 2024, a qual instituiu, no âmbito do Ministério dos Transportes, o Grupo de Trabalho para apresentação de proposta de solução consensual referente à racionalização e otimização da malha da concessão ferroviária outorgada à Ferrovia Transnordestina Logística S.A, bem como a Resolução CPPI N° 318 de 2 de agosto de 2024 e o Decreto N°12.222 de 14 de outubro de 2024 que opinam favoravelmente e qualificam, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República PPI, para fins de prorrogação antecipada do contrato de concessão.
- A Companhia procedeu aquisição de imobilizados nos montantes de R\$ 121.289 mil e R\$ 125.257 mil, respectivamente nos exercícios de 2024 e 2023. Tais investimentos não seriam necessários caso a Administração não estivesse plenamente convicta da renovação do contrato de concessão.
- A Agência Nacional do Transporte Terrestre (ANTT) anuiu previamente a formalização do contrato de Investidor Associado entre a Ferrovia Transnordestina Logística (FTL) e o Terminais Marítimos de Pernambuco (Temape). O acordo viabiliza a implantação de um terminal de granéis líquidos dedicado a combustíveis em Teresina (PI). O cronograma do projeto prevê o início das obras em 2025, com previsão de conclusão até 2027 e operação plena a partir de 2028, condicionado à obtenção das licenças necessárias junto à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Nesse contexto a Administração da Companhia está convicta da renovação da concessão, entretanto a Administração destaca também que procedeu análise de sensibilidade no teste de *impairment* considerando o prazo legal de encerramento da concessão em 2027.

Outras premissas relevantes:

Abaixo seguem outras principais premissas relevantes utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2024:

Premissas (por ano):

Receita líquida (em 2025) - R\$	281.639
Receita líquida (média após 2025) - R\$	824.569
Média anual da taxa de desconto após impostos - WACC Post-tax (real)	5,38%

Nas projeções foram consideradas informações prospectivas, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e de consultoria especializada contratada e em cenários econômicos futuros.

10. FORNECEDORES

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Fornecedores de insumos e serviços	27.962	32.339
Outros	<u>6.192</u>	<u>3.467</u>
Total	<u>34.154</u>	<u>35.806</u>

11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
ISS (a)	27.213	26.853
ICMS	1.395	1.383
PIS E COFINS	936	515
INSS	834	(77)
Imposto de renda retido na fonte	<u>22</u>	<u>54</u>
Total	<u>30.400</u>	<u>28.728</u>

(a) Valor está sendo pago através de depósito judicial conforme mencionado na nota 13 (e).

12. ARRENDAMENTOS A PAGAR

12.1 Composição

Referem-se aos saldos de arrendamentos a pagar da malha ferroviária e arrendamentos de locomotivas e vagões. Os arrendamentos estão registrados a valor presente, a taxa utilizada para o contrato de arrendamento da malha ferroviária foi a implícita no próprio contrato, para os contratos de arrendamentos de locomotivas e vagões, foram aplicadas a taxas incrementais de empréstimos levantadas nas datas das inclusões dos contratos.

<u>Arrendamentos</u>	<u>Contratos</u>	<u>Taxa</u>
Malha ferroviária	1	6,75% a.a.
Locomotivas	2	8,28% a.a. e 9,10% a.a.
Vagões	2	8,53% a.a.

Abaixo, seguem apresentados os saldos de arrendamentos a pagar, segregados entre circulante e não circulante:

Cronograma de pagamento dos arrendamentos:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
2024	-	19.180
2025	22.315	12.349
2026	13.845	12.349
2027	<u>17.079</u>	<u>15.988</u>
	<u>53.239</u>	<u>59.867</u>
Circulante	22.315	19.180
Não circulante	30.924	40.687

12.2 Movimentação dos arrendamentos no exercício:

<u>Saldo em</u> <u>31/12/2023</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversão</u> <u>Ativo</u>	<u>Reversão</u> <u>Resultado</u>	<u>Juros</u> <u>provisionados</u>	<u>Amortização</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2024</u>
59.867	19.880	(338)	(1.044)	4.508	(29.634)	53.239
<u>59.867</u>	<u>19.880</u>	<u>(338)</u>	<u>(1.044)</u>	<u>4.508</u>	<u>(29.634)</u>	<u>53.239</u>

Saldo em 31/12/2022	Adições	Reversões	Juros provisionados	Amortização	Saldo em 31/12/2023
85.471	2.818	(4.493)	4.379	(15.090)	59.867
<u>85.471</u>	<u>2.818</u>	<u>(4.493)</u>	<u>4.379</u>	<u>(15.090)</u>	<u>59.867</u>

13. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

12.1 Ações de Risco Provável

A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	31/12/2024			31/12/2023
	Provisão	Depósito judicial (e)	Líquido	Líquido
Cíveis (a)	16.665	(779)	15.886	13.877
Trabalhistas (b)	5.604	(4.188)	1.416	3.584
Tributárias (c)	4.027	(2.519)	1.508	1.396
Ativos da RFFSA (d)	774	-	774	774
	<u>27.070</u>	<u>(7.486)</u>	<u>19.584</u>	<u>19.631</u>

(a) Contingências cíveis

A Companhia é citada como ré em diversas ações pleiteando indenizações relativas a danos morais e materiais. Essas ações de indenizações em sua maioria são decorrentes de acidente ferroviário com vítima.

O Cumprimento de sentença referente a ação de indenização por danos morais, materiais, estéticos com pagamento de pensão mensal vitalícia, no valor de um salário mínimo vigente, decorrente acidente ferroviário é a ação com maior valor de risco envolvido, sua estimativa de perda financeira de risco provável perfaz, na data base de 31 de dezembro de 2024, o montante de R\$ 1.130 (R\$ 1.096 em 31 de dezembro de 2023).

(b) Contingências trabalhistas

Essas ações em sua maioria são provenientes de ações movidas por Sindicato discutindo as seguintes matérias: Ticket Alimentação, Adicional de Periculosidade e horas extras (jornada de 6 horas).

(c) Contingências tributárias

Essas ações em sua maioria são provenientes de ações discutindo as seguintes matérias: ICMS, ISS, COFINS, FAP (fator de acidente previdenciário) e autos de infração.

(d) Contingências com ativos da RFFSA

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia mantém registrada provisão para fazer face a eventuais perdas com vagões de propriedade da RFFSA, que deverão ser devolvidos ao final do contrato de concessão, nas mesmas condições em que foram recebidos. A provisão é realizada considerando o valor de mercado de um vagão em pleno uso e a estimativa de gastos com os vagões danificados.

- (e) Adicionalmente aos depósitos judiciais no valor de R\$ 7.486, existe um valor de R\$ 27.736 referente a recolhimento em juízo do ISS de serviço de direito de passagem no município de São Luís. Constituindo assim um saldo de depósitos judiciais de R\$ 35.222 (R\$ 35.287 em 31 de dezembro de 2023).

Movimentação das provisões no período:

	Saldo em 31/12/2023	Adição	Reversão	Utilização (a)	Saldo em 31/12/2024
Cíveis	14.361	4.263	(1.553)	(406)	16.665
Trabalhistas	8.782	7.414	(7.149)	(3.443)	5.604
Tributárias	3.915	803	(691)	-	4.027
Ativos da RFFSA	774	-	-	-	774
Total	<u>27.832</u>	<u>12.480</u>	<u>(9.393)</u>	<u>(3.849)</u>	<u>27.070</u>

Não circulante 27.832 27.070

	Saldo em 31/12/2022	Adição	Reversão	Utilização (a)	Saldo em 31/12/2023
Cíveis	11.986	3.793	(654)	(764)	14.361
Trabalhistas	8.332	6.855	(4.288)	(2.117)	8.782
Tributárias	3.505	410	-	-	3.915
Ativos da RFFSA	774	-	-	-	774
Total	<u>24.597</u>	<u>11.058</u>	<u>(4.942)</u>	<u>(2.881)</u>	<u>27.832</u>

Não circulante 24.597 27.832

a) As utilizações ocorridas no período se deram devido ao pagamento e arquivamento de diversas ações.

12.2 Ações de Risco Possível

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 377.005 (R\$ 294.514 em 31 de dezembro de 2023) para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

Quadro resumo dos processos avaliados como de risco possível:

Natureza da ação	Quantidade em 31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023
Cível	133	72.194	53.025
Ambiental	21	145.525	134.748
Trabalhista	70	24.787	21.812
Tributário	110	130.700	82.532
Previdenciário	2	3.799	2.396
Total	<u>336</u>	<u>377.005</u>	<u>294.513</u>

Abaixo as principais causas:

Cível

- a) Ação de anulação de oito autos de infração por descumprimento de meta referente à concessão da utilização do serviço público. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31 de dezembro de 2024, o montante de R\$ 2.316 (R\$ 2.210 em 31 de dezembro de 2023).
- b) Ação de cobrança, relativa à pretensão da RFFSA de receber da FTL o repasse de um percentual incidente sobre a receita líquida auferida pela FTL em razão de contrato firmado entre o consórcio *Railnet* (do qual a FTL é parte) e a empresa Intelig. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31 de dezembro de 2024 o montante de R\$ 3.118 (R\$ 2.978 em 31 de dezembro de 2023).

Ambiental

- a) Execução fiscal 0813869-09.2016.4.05.8100 proposta pelo IBAMA em razão de Auto de Infração lavrado pela Autarquia Ambiental face o derramamento de óleo ou substâncias oleosas em virtude de tombamento de vagões tanque. Ação Anulatória 0024624-74.2016.4.01.3400 ajuizada antes da Execução Fiscal. Estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31 de dezembro de 2024, o montante de R\$ 35.012 (R\$ 32.823 em 31 de dezembro de 2023).
- b) Processo administrativo nº 02012.000417/2014-72 decorrente do Auto de Infração ambiental nº 9076948/E, no qual a Companhia foi autuada por lançar óleo ou substâncias oleosas – 30.000 l de gasolina, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31 de dezembro de 2024, o montante de R\$ 43.194 (R\$ 38.677 em 31 de dezembro de 2023).
- c) Execução fiscal 0810933-74.2017.4.05.8100 proposta pelo IBAMA em razão de Auto de Infração nº 682.679-D lavrado pela Autarquia Ambiental em virtude de tombamento de vagão carregado com óleo diesel no Km 293 da ferrovia. Ação Anulatória 0000418-93.2016.4.01.3400 ajuizada antes da Execução Fiscal. Estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31 de dezembro de 2024, o montante de R\$ 35.448 (R\$ 33.115 em 31 de dezembro de 2023).
- d) Ação Civil Pública 0041392-15.2010.8.10.0001 proposta pelo MPE-MA objetivando a revisão do licenciamento ambiental da ferrovia, inclusive no que se refere à realização de EIA/RIMA, bem como pela indenização de danos ambientais causados pelo lançamento de óleo em afluente e no rio Itapecuru. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31 de dezembro de 2024, o montante de R\$ 11.093 (R\$ 10.584 em 31 de dezembro de 2023).

Trabalhista

- a) Ação Civil Pública, na esfera trabalhista, ajuizada pelo Sindicato da categoria Ferroviária do Estado do Maranhão (STEFEM), alegando que a Companhia não proporciona aos empregados maquinistas e auxiliares um ambiente de trabalho adequado, tendo em vista as más condições das instalações sanitárias nas locomotivas ou ausência delas. A estimativa da perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31 de dezembro de 2024, o montante de R\$ 1.899 (R\$ 1.761 em 31 de dezembro de 2023).

Tributário

- a) Ação na esfera tributária, visa o reconhecimento da inconstitucionalidade e ilegalidade da cobrança do ISSQN sobre a cessão do direito de passagem. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31 de dezembro de 2024 o

montante de R\$ 5.621 (R\$ 5.317 em 31 de dezembro de 2023).

b) Auto de infração lavrado pela Receita Federal diante da cisão ocorrida em 27/12/2013 entre a TLISA e FTL. Em virtude do Auto de Infração, originou-se o Proc. Adm. nº 10380.726843/2017-12, no qual a União requereu a cobrança de diferença de recolhimento de PIS/PASEP e COFINS. De acordo com Auto de Infração, houve apropriação indevida de crédito, insuficiência de recolhimento de PIS e COFINS, falta de escrituração, referentes ao período de janeiro de 2012 a dezembro de 2013. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31 de dezembro de 2024 o montante de R\$ 41.624 (R\$ 38.885 em 31 de dezembro de 2023).

14. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Obrigações com pessoal	10.667	9.809
Royalties sobre exploração de bens arrendados (a)	3.249	3.079
Reembolsos de despesas RFFSA (b)	1.533	1.533
Outros	278	479
Total	<u>15.727</u>	<u>14.900</u>
Circulante	14.194	13.367
Não circulante	1.533	1.533

a) Royalties sobre exploração de bens arrendados

Refere-se a percentual de contribuição sobre receitas líquidas das atividades autorizadas no Contrato de Concessão, celebrado entre a Companhia e a União, por intermédio do Ministério dos Transportes, que resultem na utilização dos bens arrendados pela Companhia para consecução de suas atividades operacionais.

Conforme previsto no parágrafo 5º da cláusula primeira do Contrato de Concessão, o percentual deverá ser estabelecido entre 3% e 10%, a ser fixado pelo poder Concedente, podendo ser variável entre as diversas atividades exercidas pela Companhia, respeitados os limites determinados no referido instrumento.

b) Saldo a ser reembolsados à RFFSA em decorrência do estoque de peças existentes quando do início da concessão.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social, subscrito e integralizado no montante de R\$ 502.961 (R\$ 502.961 em 31 de dezembro de 2023) estão compostos conforme abaixo:

	<u>Quantidade de ações ordinárias em 31/12/24 e 31/12/2023</u>
Companhia Siderúrgica do Nacional – CSN	510.726.198
Taquari Participações S.A.	22.376.831
CFL Maria Participações S.A.	17.768.183
Total	<u>550.871.212</u>

A Companhia poderá, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o seu capital social independentemente de reforma estatutária até o limite de 1.000.000.000 (um bilhão) de ações nominativas, sem valor nominal.

b) Reservas

- Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei Nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em função do prejuízo acumulado existente a Companhia não vem constituído a reserva legal.

c) Resultado por ação

O resultado por ação básico e resultado por ação diluído foram calculados com base no resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, conforme o quadro abaixo:

<u>Prejuízo básico/diluído por lote de mil ações</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Prejuízo do período	(33.132)	(35.282)
Quantidade de ações ordinárias média ponderada durante o exercício	<u>550.871.212</u>	<u>550.871.212</u>
Resultado por lote de mil ações (em reais)	<u>(60,14)</u>	<u>(66,05)</u>

A quantidade média ponderada de ações utilizada na apuração do prejuízo diluído por ação foi a mesma utilizada para o cálculo do prejuízo por ação básico, considerando que não há ações preferenciais.

Não existiam outros instrumentos conversíveis com potencial diluidor.

16. RECEITA DE SERVIÇOS – LÍQUIDA

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<u>Receita bruta</u>		
Receita de serviços de transportes	192.193	189.033
Receita com direito de passagem	99.254	94.152
Receita com gestão patrimonial	<u>15.665</u>	<u>9.650</u>
Total da receita bruta	<u>307.112</u>	<u>292.835</u>
<u>Deduções da receita bruta</u>		
ICMS	(17.007)	(17.449)
PIS	(4.687)	(4.423)
COFINS	(21.589)	(20.381)
ISS	(6.410)	(6.126)
Deduções e abatimentos	<u>(493)</u>	<u>(1.725)</u>
	<u>(50.186)</u>	<u>(50.104)</u>
Receita líquida dos serviços prestados	<u>256.926</u>	<u>242.731</u>

Composição do faturamento por cliente (base volume serviço faturado)

<u>Clientes</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>%</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>%</u>
Maior cliente	79.918	26	76.961	26
2º e 3º maiores clientes	81.074	26	79.912	27
Outros	<u>146.120</u>	<u>48</u>	<u>135.962</u>	<u>47</u>
Total	<u>307.112</u>	<u>100</u>	<u>292.835</u>	<u>100</u>

17. DESPESAS POR NATUREZA

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<u>Custos</u>		
Folha de pagamento	(66.714)	(62.649)
Material	(54.062)	(64.095)
Serviço	(23.860)	(24.725)
Depreciação e amortização s/ imobilizado	(41.354)	(35.479)
Depreciação e amortização s/ direito de uso(a)	<u>(22.621)</u>	<u>(21.973)</u>
Total dos custos	<u>(208.611)</u>	<u>(208.921)</u>
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<u>Despesas administrativa e gerais</u>		
Folha de pagamento	(6.418)	(6.600)
Material	(41)	(47)
Serviço	(9.800)	(9.515)
Depreciação e amortização s/ imobilizado	<u>(633)</u>	<u>(857)</u>
Total das despesas administrativa e gerais	<u>(16.892)</u>	<u>(17.019)</u>
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<u>Vendas</u>		
Folha de pagamento	(1.193)	(1.037)
Serviço	(29)	(15)
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	(488)	11
Depreciação e amortização s/ imobilizado	<u>(2)</u>	<u>(2)</u>
Total das despesas administrativa e gerais	<u>(1.712)</u>	<u>(1.043)</u>
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<u>Outras receitas e despesas operacionais</u>		
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	(3.087)	(5.872)
Custos de ociosidade	(3.476)	(1.282)
Depreciação e amortização de bens ociosos do imobilizado	(344)	(330)
Baixa de ativo	-	(39)
Baixa de ativo - Direito de uso	(855)	-
Provisão para perda de estoques	(1.003)	(616)
Outros	<u>(2.191)</u>	<u>(1.274)</u>
Total das outras receitas e despesas operacionais	<u>(10.956)</u>	<u>(9.413)</u>

(a) A depreciação do Direito de uso está descontada do valor de PIS/COFINS embutidos na parcela de arrendamento que é reclassificada para o custo operacional, no montante de R\$ 2.345 para 31 de dezembro de 2024 (R\$ 2.206 em 31 de dezembro de 2023).

18. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Juros sobre operações com partes relacionadas	8.129	11.046
Outros	<u>1.467</u>	<u>2.062</u>
	<u>9.596</u>	<u>13.108</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros sobre operações com partes relacionadas (a)	(53.659)	(46.556)
Juros sobre arrendamento	(4.508)	(4.379)
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(436)	(693)
Comissões de fianças bancárias	-	(8)
Outros	<u>(2.880)</u>	<u>(3.089)</u>
	<u>(61.483)</u>	<u>(54.725)</u>
Resultado financeiro	<u>(51.887)</u>	<u>(41.617)</u>

(a) Atualização de juros referente aos mútuos recebidos do acionista CSN, o aumento entre cada período ocorre devido a liberação de novos contratos. Para maiores explicações ver nota explicativa nº 8.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Composição dos saldos

O valor contábil dos ativos e passivos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das informações contábeis intermediárias foi:

Ativos financeiros	31/12/2024					
	Valor contábil	Até 6 meses	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais de 5 anos
Caixa	1.986	1.986	-	-	-	-
Aplicações financeiras (nota 4)	1.858	1.858	-	-	-	-
Contas a receber (nota 5)	26.478	26.478	-	-	-	-
Partes relacionadas - Mútuo (nota 8)	97.013	-	-	97.013	-	-
Total	127.335	30.322	-	97.013	-	-

Passivos financeiros	31/12/2024					
	Valor contábil	Até 6 meses	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais de 5 anos
Passivos financeiros não derivativos						
Partes relacionadas – Mútuo (nota 8)	513.132	-	-	513.132	-	-
Arrendamentos a pagar (nota 12)	53.239	11.418	10.897	13.845	17.079	-
Fornecedores	32.408	32.408	-	-	-	-
Outras contas a pagar	15.727	12.520	1.674	-	1.533	-
Total	614.506	56.346	12.571	526.977	18.612	-

b) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justo.

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

Fornecedores e outras contas a pagar

Os fornecedores são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

O valor justo dos instrumentos financeiros é substancialmente próximo do valor contábil, considerando que os prazos de liquidação são muito curtos. Desta forma, a Companhia optou por não divulgar o quadro comparativo.

c) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em aplicações financeiras.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, as políticas da Companhia visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes e na escolha de instituições financeiras sólidas e de boa reputação.

A Companhia tem a política de manter suas aplicações financeiras em bancos de primeira linha com bons níveis de Rating.

d) Risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez, leva em consideração a dívida de curto prazo e as previsões de ingresso de recursos e são realizadas pelo departamento financeiro da Companhia. Se necessário, aportes financeiros podem ser realizados pelo acionista controlador para assegurar o cumprimento das obrigações, investimentos e necessidade de caixa.

e) Risco de taxas de juros

Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações significativas decorrentes das operações de mútuos com partes relacionadas, visto que as taxas praticadas nessas operações possuem custo fixo ou estão baseados no CDI. A Companhia não contrata instrumento financeiro específico para mitigar esses riscos.

f) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, não significativas, em função dos efeitos da volatilidade da taxa CDI sobre os valores a receber de mútuo e aplicações financeiras atreladas a essa taxa, dos créditos a receber atrelados à taxa SELIC e da TJLP sobre a parte dos empréstimos e financiamentos que estão atrelados a esta taxa.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Ativos em 99,09% do CDI	1.858	2.207
Ativos em 111,42% do CDI	97.013	98.668
Passivos em CDI + 4%	513.132	376.325

A Companhia apresenta abaixo três cenários de variação das taxas e os respectivos resultados futuros que seriam gerados. São eles: (i) cenário 1 (provável) que é adotado pela Companhia, com 111,42% do CDI à taxa de 12,13% a.a., com CDI + 4% à taxa de 14,84%, com 99,09% do CDI à taxa de 10,72% a.a., (ii) cenário 2, considerando um aumento e redução de 25% sobre as taxas e (iii) cenário 3, considerando um aumento e redução de 50% sobre as taxas.

Abaixo a demonstração da variação das taxas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, conforme cenário demonstrado acima:

<u>Cenário com redução do CDI</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário 1 (variação de 25%)</u>	<u>Cenário 2 (variação de 50%)</u>
Mútuos em CDI + 4% Despesa financeira	513.132	CDI a 14,84% (76.149)	CDI a 11,13% (57.112)	CDI a 7,42% (38.074)
Valores a receber em 111,42% CDI Receita financeira	97.013	CDI a 12,13% 11.768	CDI a 9,10% 8.828	CDI a 6,07% 5.889
Aplicações financeiras em 99,8% CDI Receita financeira	1.858	CDI a 10,72% 199	CDI a 8,04% 149	CDI a 5,36% 100

<u>Cenário com crescimento do CDI</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário 1 (variação de 25%)</u>	<u>Cenário 2 (variação de 50%)</u>
Mútuos em CDI + 4% Despesa financeira	513.132	CDI a 14,84% (76.149)	CDI a 18,55% (95.186)	CDI a 22,26% (114.223)
Valores a receber em 111,14% CDI Receita financeira	97.013	CDI a 12,13% 11.768	CDI a 15,16% 14.707	CDI a 18,2% 17.656
Aplicações financeiras em 99,8% CDI Receita financeira	1.858	CDI a 10,72% 199	CDI a 13,4% 249	CDI a 16,08% 299

20. COBERTURA DE SEGUROS (não auditado)

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão de informações contábeis intermediárias, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro 2024, a Companhia possui cobertura de seguros contra riscos operacionais, com o limite máximo de indenização de R\$ 25.000 para danos materiais, R\$ 10.000 para responsabilidade civil, ambas com datas de vigências de 30 de setembro de 2024 a 30 de setembro de 2025, seguros para veículos com limite máximo de indenização de danos materiais a terceiros de R\$ 500, danos corporais a terceiros de R\$ 1.000 com vigência até 10 de agosto de 2025 e seguro de responsabilidade civil de transporte ferroviário com limite máximo de R\$ 2.000, com vigência até 30 de junho de 2025. Ao final da vigência os seguros são renovados.

21. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM CAIXA

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Compensação de depósitos judiciais com provisões para riscos	(3.849)	(2.881)
Compensação entre contas a receber e contas a pagar	(1.514)	(1.773)
Compensação de partes relacionadas a pagar com mútuos a receber	(8.830)	(5.413)
Direito de uso	19.880	2.818
Reversão direito de uso	(338)	(4.493)

* * * * *

Tufi Daher Filho
Diretor Presidente, Diretor de Relação
com Investidores e Diretor de
Administração e Finanças

Marcello Barreto Marques
Diretor Comercial e Operações

Glauton Fernandes Guimarães
CRC CE nº 026220/O-3
Contador Responsável